



ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
Gabinete do Prefeito

### J U S T I F I C A T I V A

**CONSIDERANDO** que a Prefeitura Municipal não dispõe de ' forma adequada para a guarda dos Originais dos exemplares dos projetos para construção;

**CONSIDERANDO** que a compra e alojamento de um armário ' próprio implicaria em despesas de elevado custo;

**CONSIDERANDO** que é de propriedade do autor o original ' de toda e qualquer obra executada;

**CONSIDERANDO** que a liberação do 2º original não ocasion' ará nenhum prejuízo ao Departamento de Cadastro;

**CONSIDERANDO** as razões apresentadas pelos interessados que a dobra dos originais de forma inadequada, os inutiliza para ' tiragem de outras cópias.

Entendemos oportuno, um estudo da proposta ora apresentada para nova redação no Artigo 31º da Lei 1096, de 17.03.77.

§ 2º - A apresentação desses elementos, que serão arquivados na Prefeitura, deverá ser feita antes do início da obra admitindo-se no entanto, o arquivamento parcelado, desde que a parte referente às funções seja apresentada antes do início e a referente a qualquer pavimento, antes de concluído o pavimento interior.

§ 3º - Não se exigirá apresentação de cálculos, memórias e / outros elementos dos projetos, acima referidos, nos seguintes casos:

a) Lojas de concreto armado isoladas e apoiadas nos 4 (quatro) lados em paredes de alvenaria, bem como lages contínuas, nas mesmas condições de apoio, porém cuja área total não exceda a 50 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados), nem haja, num caso ou noutro, vãos maiores que 4,00 m (quatro metros) na maior dimensão e a sobrecarga máxima seja de 200 Kg/m<sup>2</sup> (duzentos quilôgramas por metro quadrado);

b) Colunas de concreto armado que não façam parte de estrutura e sujeitas a sobrecargas que não ultrapassem de 4.000 Kg/m<sup>2</sup> (quatro mil quilôgramas por metro quadrado).

Art. 26º - Nos projetos de modificação, acréscimos e reconstrução de prédios, indicar-se-ão, com tinta preta, as partes das construções que devem permanecer; com tinta carmim, as que tenham de ser / executadas; com tinta amarela, as que devam ser demolidas.

Art. 27º - Será devolvido ao autor, após o indeferimento, todo o projeto que contiver erros graves.

Art. 28º - Se o projeto apresentar apenas pequenos erros e equívocos, a Prefeitura convidará o interessado para esclarecimentos e correções, quando será exigida nova cópia heliográfica do projeto corrigido, assinados pelo proprietário, autor do projeto e responsável pela execução.

Parágrafo Único - Se findo o prazo de 30 (trinta) dias não forem elas apresentados, será o requerimento indeferido.

Art. 29º - O prazo máximo para aprovação dos projetos é de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento no Protocolo Geral da Prefeitura.

Parágrafo Único - Findo o prazo deste artigo, se o interessado não tiver sido convidado para esclarecimentos ou correções, poderá dar início à construção, mediante comunicação prévia à Prefeitura, ficando, porém, o proprietário e o profissional responsáveis pelo que / for executado, nas mesmas obras, em desacordo com este código.

Art. 30º - Se, no caso do artigo anterior, aprovado o projeto, o interessado não retirar o respectivo alvará, no prazo de 8 (oito) dias, será suspensa a construção até a satisfação desta exigência.

Art. 31º - Dos exemplares do projeto, rubricados pela autoridade competente, duas cópias serão entregues ao interessado conjuntamente com o alvará; o original em papel tela ou vegetal ficará arquivado na Prefeitura e a terceira cópia ficará arquivada na TELEMIG. •

Art. 32º - Antes da aprovação dos projetos, a Prefeitura poderá fazer vistoria para verificar se o lote está em condições de receber edificações, como dispõe o artigo 80.

Art. 33º - Para modificações essenciais no projeto aprovado, será necessário novo alvará, requerido e processado de acordo com este capítulo.